

Acta número quatro

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e sete, reuniu na Residência de Estudantes de Mesão Frio, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Período antes da ordem do dia; -----

Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da sua situação financeira; -----

Ponto três: Apreciação do Relatório de Avaliação de Actividade da Comissão de Crianças e Jovens de Mesão Frio; -----

Ponto quatro: Proposta de aprovação para o ano de 2008, da Taxa do Imposto sobre Imóveis; -----

Ponto cinco: Proposta de aprovação para o ano de 2008 da Taxa Municipal, Direitos de Passagem; -----

Ponto seis: Proposta de aprovação para 2008 da participação do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares; -----

Ponto sete: Período aberto ao público; -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia, Aldina de Fátima Monteiro Pereira, Presidente da Assembleia Municipal, que nessa qualidade abriu a sessão às vinte e uma horas e dez minutos, António José Rodrigues Teixeira, 1.º Secretário, Sandra Cristina Barbosa Ferreira, 2.ª Secretária, Maximiano Pereira Correia, Maria João dos Santos Martins Monteiro, Pedro Filipe de Sousa Ferreira, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Maria Rosa Freitas da Silva, Altino de Sousa, Manuel de Barros, António Maria Lemos Pinto, José Monteiro da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, Manuel José Miranda Ferreira, José Maria Cardoso Carreira (PPD/PSD), Nuno Vasco de Almeida Machado, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Firmino Teixeira Várzea, Filipe Teixeira, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, Júlio da Fonseca Esteves e Manuel Pinto de Sousa (PS). -----

Presenças dos membros da Câmara Municipal: Marco António Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara, António Adelino Osório, (PPD/PSD), Cristina Isabel de

Almeida Guedes Major e Mário Luís Mendes de Sousa Pinto (PS) Vereadores. -----

A sessão teve início às vinte e uma horas e dez minutos, com a leitura da acta da reunião anterior para posterior aprovação.-----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves alertou para o facto de não constar na acta o seu nome, tendo ele estado presente na reunião.-----

A Presidente da mesa confirmou tal facto e disse que se iria fazer a respectiva correcção.-----

O deputado Manuel Pinto de Sousa fez uso da palavra para referir que a sua intervenção não estava tal como a tinha feito, pois o que ele disse foi para “o presidente se virar para o lado esquerdo e falar da casa onde já pernitoou e fomenta festas da Câmara”.-----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira pediu para que constasse também na acta, a participação da JSD no baixo assinado feito contra o encerramento do Tribunal.-----

A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves sugeriu para ser substituída, na página onze, a palavra “representado” por “interpelado” e que quando se fala no local das reuniões se deveria utilizar o adjectivo “antiga” antes de “ Residência dos Estudantes”.-----

Posta a acta a votação, esta foi aprovada por maioria, com uma abstenção da deputada Maria João dos Santos Monteiro, por não ter estado presente na reunião.

De seguida, a Presidente da Assembleia fez referência à correspondência recebida desde a última sessão.-----

No período antes da ordem do dia inscreveram-se para intervir os deputados Maximiano Pereira Correia, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, Manuel Pinto de Sousa, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Firmino Teixeira Várzea e Nuno Vasco de Almeida Machado.-----

O deputado Maximiano Pereira Correia apresentou duas propostas à mesa da Assembleia, as quais se anexam à acta. A primeira proposta foi sobre um voto de pesar à família do Senhor Padre Pires, pelo seu falecimento e a atribuição do seu nome a um espaço, rua ou local. A segunda proposta foi acerca do encerramento do serviço de urgências.-----

O deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, quando é que estavam prontas as instalações do serviço agrário, na Câmara Municipal.-----

A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves perguntou à Presidente da mesa da Assembleia, se o deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira arranjou as provas daquilo que disse, sobre os deputados do partido socialista prejudicarem o concelho.

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio fez um pedido de esclarecimento à mesa da Assembleia, pelo facto de haver lugar junto à mesa para todos os vereadores e estes continuarem misturados com a assistência.-----

O deputado Firmino Teixeira Várzea leu e apresentou à mesa uma comunicação acerca do problema do amianto nas escolas, a qual se anexa à acta.-----

A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves fez uso da palavra para informar de que a situação da remoção do amianto estava a ser resolvida na EB2,3/S, mas que também se teria de fazer o mesmo nas escolas do 1º ciclo.-----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado colocou para discussão em Assembleia, a situação do Turismo do concelho. Começou por referir que os órgãos representativos do concelho nada fazem para promover o turismo, pois no posto de turismo nem prospectos existem e disse: “Não se pode falar em potência turística, se não se fizer os trabalhos de casa; temos de cativar as pessoas. Não é só paisagem”. Em relação ao assunto do encerramento do Tribunal, o mesmo deputado referiu que na acta aprovada por maioria o senhor presidente da Câmara afirmou que o deixassem gerir a situação do Tribunal. Acrescentou que os advogados reuniram e apresentaram uma proposta à Câmara e o Presidente não se dignou a dar uma resposta. -----

De seguida, solicitou e requereu à mesa da Assembleia, para conhecimento, o contrato que a Câmara fez com a empresa privada de informática, porque nos jornais vem especificado como sendo um protocolo.-----

O deputado continuou a sua intervenção, dizendo que as propostas que a bancada do partido socialista apresentam são sempre chumbadas, sem sequer serem analisadas e discutidas, tendo o órgão executivo essa obrigação. Acrescentou que se deve participar com responsabilidade nos destinos do concelho e nesse sentido, sugeriu a criação de uma comissão para estudo das propostas e solicitou a opinião

da Assembleia sobre tal assunto.-----

A presidente da Assembleia tomou a palavra e dirigindo-se ao deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira, perguntou-lhe se queria responder à questão levantada pela deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves.-----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira disse que, como sempre afirmou, nunca foi sua intenção ofender ninguém, apenas quis vingar a posição social – democrata.

A Presidente da Assembleia esclareceu o deputado Firmino Teixeira Várzea de que o problema do amianto nas instalações escolares é muito antigo, estando as entidades competentes alertadas para o problema, há já bastante tempo. Na escola EB2,3/ S Professor António Natividade está-se neste momento a proceder à substituição das coberturas dos dois pavilhões de aulas e à construção de um novo pavilhão. Também está prevista para curto prazo a substituição da cobertura do pavilhão gimno desportivo. Em relação ao pedido de esclarecimento do deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, a presidente da Assembleia disse que iria diligenciar, no sentido de se ultrapassar esses constrangimentos nas próximas reuniões, já que à partida, estas seriam realizadas noutra espaço. -----

De seguida, deu a palavra ao presidente da Câmara que se dirigiu ao deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, dizendo que o problema iria ser resolvido quando terminassem as obras na Câmara Municipal.-----

Quando o presidente ía começar a falar acerca da intervenção do deputado Nuno Vasco de Almeida Machado, este deputado interrompeu-o, dizendo que não o tinha inquirido.-----

A Presidente da Assembleia interveio, dizendo que, tal como se esteve respeitosamente a ouvi-lo, que fizesse o mesmo relativamente à intervenção do senhor presidente da Câmara. -----

O Presidente retomou a palavra e disse que no posto de turismo, para além de haver prospectos, existem peças de artesanato para promover a actividade do concelho.-----

Em relação ao assunto do Tribunal, o presidente referiu que este não ía ser construído, porque não há vontade política para o fazer. Acrescentou que o terreno inicialmente destinado para a sua construção revertia para a construção do Centro Escolar, mas se o Governo quiser um novo tribunal no concelho, a câmara arranja outro terreno. Relativamente à resposta pedida pelos advogados, disse que ainda

não foi dada porque também o presidente tem que ter respostas. No que diz respeito à Empresa Douromática, referiu que os acordos foram aprovados em sessão de Câmara e não de forma clandestina. Acrescentou ainda que as propostas da bancada do partido socialista, na opinião da maioria, não são quantificáveis e são extemporâneas, e que é preciso saber muito bem as despesas que se tem, ao aprovar-se qualquer proposta.-----

A Presidente da Assembleia fez uso da palavra para colocar à consideração da Assembleia, as propostas apresentadas pelo deputado Maximiano Pereira Correia. A proposta de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Padre Pires foi aprovada por unanimidade.-----

Em relação à proposta apresentada sobre o encerramento das urgências, o vereador Mário Luís Mendes de Sousa Pinto pediu autorização ao senhor Presidente da Câmara, para proferir algumas considerações.-----

O deputado Maximiano Pereira Correia disse que na sua intervenção tinha referido “os órgãos do PS” porque se baseou na comunicação que foi enviada à população.

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado fez uso da palavra para proferir que nunca houve uma posição pública do presidente da Câmara, em relação ao assunto. Questionou como é que era possível a Câmara não fazer uma missiva a contestar a decisão do Ministério, para poder mostrar que se fez alguma coisa. Referiu ainda que ficará indignado se fecharem as urgências, quando as duas salas de cirurgia ainda estão melhor equipadas, do que as do Hospital de Vila Real. Concluiu a sua intervenção proferindo que não gostava do tom da proposta feita, pois era totalmente contra o encerramento.-----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio disse que o deputado Nuno Vasco de Almeida Machado devia de ter estado presente na reunião que houve na Casa do Douro.-----

O deputado Firmino Teixeira Várzea disse ter estado presente na referida reunião e que se tratou apenas de confrontação política. Referiu que a proposta do Ministério é muito melhor para todos os concelhos, pois o Hospital não corresponde ao que dele se necessita. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que informou a Assembleia que há duas propostas feitas pelo Ministro da Saúde e apresentadas apenas ao Presidente

da Câmara do Peso da Régua. Referiu ainda que tomou conhecimento do protocolo através do Presidente da Câmara do Peso da Régua e não do Ministro. Acrescentou que foi pedida uma audiência ao Ministro pelos três Presidentes de Câmara, e ao fim de quatro meses ainda não houve resposta. Disse ainda não poder assinar nenhum documento, sem ter oportunidade de o discutir. Terminou afirmando “se esse modelo para a saúde for o melhor, que o implementem e assumam isso. Ou querem o acordo das Câmaras, para se a coisa der para o torto dizerem que as Câmaras aprovaram?-----

Como a Câmara não foi ouvida, não subscrevo qualquer decisão do Ministério”.-----

O deputado Firmino Teixeira Várzea afirmou estar de acordo com o que disse o Senhor Presidente, pois assim, se acontecer algo de errado, pede-se responsabilidades ao Governo.-----

O deputado Maximiano Pereira Correia fez uso da palavra para esclarecer que não se fala no encerramento do Hospital, mas de um serviço. Referiu também que não se deve partidarizar o assunto, mas sim unir-se numa força conjunta e tomar-se uma posição.-----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu a palavra para dizer que a única coisa que a Assembleia pode pedir ao Governo é que assuma aquilo que pretende ou seja responsabilizá-lo pela mudança radical do serviço de saúde.-----

O presidente da Câmara retomou a palavra para proferir que iria ser difícil aumentar o número de horas de serviço dos centros de saúde, quando já há falta de médicos.

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira também deu a sua opinião, reforçando a posição do senhor presidente e do deputado Maximiano Pereira Correia. Referiu ainda haver falta de informação, basicamente falta de documentos oficiais sobre o assunto.-----

O deputado Firmino Teixeira Várzea fez uso da palavra para referir que a unidade móvel iria trazer benefícios para a população.-----

Submetida a proposta a votação, esta foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor pelos membros do Partido Social Democrata, cinco votos contra e duas abstenções dos deputados Júlio da Fonseca Esteves que apresentou a declaração de voto “Não posso aceitar o tom da proposta” e da deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves.-----

Posta a votação a proposta apresentada pelo deputado Nuno Vasco de Almeida

Machado, sobre a criação da Comissão para estudo e regulamento das propostas, esta não foi aprovada, verificando-se onze votos contra, quatro abstenções e sete votos a favor, dos elementos eleitos pelo partido socialista. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia pediu a palavra para referir que não fazia sentido a criação dessa Comissão.-----

A Presidente da Assembleia esclareceu que está prevista, no regimento da Assembleia Municipal, a possibilidade de criação de comissões ou grupos de trabalho, cabendo à Assembleia decidir. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu a palavra mas a Presidente não lha concedeu, dizendo que já tinha excedido o seu tempo de intervenção. De seguida pôs a votação a proposta apresentada pelo deputado Firmino Teixeira Várzea sobre a remoção do amianto, tendo sido aprovada por unanimidade. ----

No ponto número dois da ordem de trabalhos, sobre apreciação da informação escrita do presidente da Câmara acerca da actividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes, a Presidente da Assembleia solicitou a palavra ao senhor presidente, para fazer um breve esclarecimento sobre o assunto. -----

O Presidente referiu que o ponto referente à saúde não constava no relatório por lapso. Informou que a Câmara transportava os doentes, mas como não havia pessoal médico, iria haver uma viatura com esse suporte. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves pediu à mesa para ler uma comunicação, sobre a sua opinião acerca da situação financeira, a qual se anexa à presente acta.

O deputado Manuel Pinto de Sousa fez uso da palavra para reivindicar a ligação do caminho que faz a ligação entre Donsumil e Passos. Alertou também para os cortes de água que se verificam com regularidade, afirmando que várias pessoas chegaram a contabilizar num mês, só três horas de água na parte mais alta de Donsumil. -----

A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves fez uso da palavra, para dizer que gostaria de ver na parte da actividade municipal, as actividades de Enriquecimento Curricular. Quis também saber se há relatórios dessas actividades, porque são muito importantes e são da competência da Câmara. Continua a demonstrar a sua reprovação pelo facto de continuarem a constar no relatório as actividades relacionadas com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do concelho. Terminou, a sua intervenção, pedindo esclarecimentos pelo facto de uma

estagiária de Sociologia estar a fazer um estudo quantitativo, quando não faz parte da referida Comissão, tendo entregue a sua comunicação que se anexa à presente acta. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado referiu na sua intervenção a importância de se gravarem as sessões, para não haver esquecimentos ou confusões de situações pertinentes, tendo a Presidente da Assembleia dito que tal possibilidade passa pela alteração ao Regimento da Assembleia. Referiu ainda que, analisando toda a informação do relatório financeiro, não se verificou redução da dívida mas acréscimo da mesma em cem mil euros, quando não se verificou investimento mas apenas aumento da despesa corrente, nomeadamente com funcionários. Alertou também para o facto de estar mencionado que a recuperação do antigo posto da gasolina está em execução, quando na verdade, não está. -----

O Presidente da Câmara tomou a palavra, dizendo ao deputado Júlio da Fonseca Esteves que não se podia esquecer de que a nova lei das finanças foi uma surpresa e que se as Câmaras excederem o limite, não têm que pagar o excesso, mas apenas dez por cento. Aconselhou-o a ler tudo e fazer as comparações possíveis. Disse que existem duas obras em curso (Auditório e saneamento de Vila Marim – Brunhais) e que mesmo assim conseguiu-se equilibrar as contas. Em relação à intervenção do deputado Nuno Vasco de Almeida Machado, o presidente disse parecer um boneco do programa dos Marretas que está sempre a dizer as mesmas coisas. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado protestou pela “forma baixa” como o Presidente se referiu a um membro da Assembleia. Questionou os membros da Assembleia se não tinham vergonha de estarem na reunião e não discutirem nada. Referiu ainda que o Marreta falante era o Presidente da Câmara que não se calava e que só podia prestar esclarecimentos solicitados e falar de alguma situação pertinente relativamente a Câmara Municipal. -----

A Presidente da Assembleia interrompeu-o, para solicitar a calma suficiente para o prosseguimento dos trabalhos e dizer-lhe que, discordando ou concordando, todos tinham que se fazer ouvir. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado retomou a palavra para dizer que nunca tinha ouvido a maioria propor um tema para ser discutido e que a mesa não deveria admitir a utilização de certos termos, nas intervenções de alguns elementos.

O deputado Manuel Pinto de Sousa tomou a palavra, alertando o presidente para não se esquecer de que a Vila não é apenas a Avenida. Pediu-lhe também que comparasse o concelho de Paredes ao de Mesão Frio. -----

O Presidente da Câmara pediu novamente a palavra para referir que não pretendeu chamar “Marretas” a ninguém, apenas disse que “parecia o boneco dos Marretas” e que era da maior falta de respeito falar sobre a actuação dos deputados, comparando-os todos a “uns bananas”. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado interveio, dizendo que a expressão não era sua mas do Presidente da Câmara: -----

O Presidente retomou a palavra dizendo que as reuniões dos membros da maioria são previamente preparadas e que depois há representantes que falam pelo grupo. De seguida, dirigiu-se ao deputado Manuel Pinto de Sousa e disse ser inadmissível a comparação que fez. -----

O deputado António Maria Lemos Pinto fez uso da palavra para referir que também ficou admirado com os quatrocentos ou quinhentos metros do caminho entre Passos e Donsumil não estarem alcatroados, e até chegou a pensar que pertenciam ao concelho do Peso da Régua. Disse ainda que informou o Presidente da Câmara e que ele lhe tinha dito que provavelmente até ao final do ano estaria resolvido. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira pediu a palavra para dizer que não era preciso prestar contas ao partido socialista, mas sim aos munícipes e alertou a mesa da Assembleia para o facto dos deputados do partido socialista estarem sempre a interromper o senhor Presidente, acrescentando que era deselegante interromperem constantemente, e que em vez de estarem com brincadeiras deviam fazer propostas, tal como faz o deputado Firmino Teixeira Várzea. -----

A Presidente da Assembleia fez uso da palavra para tornar a dizer que todos tinham de moderar as suas intervenções. -----

No ponto número três da ordem de trabalhos, apreciação do relatório de avaliação da actividade da Comissão de Crianças e Jovens de Mesão Frio, a Presidente da Assembleia deu oportunidade à Assembleia de reflectirem e discutirem o assunto. ---

Tomou a palavra a deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, para dizer que se trata de um relatório extenso e pormenorizado e que todos os deputados deveriam reflectir sobre o relatório. Acrescentou que, como também faz parte da Comissão, gostaria de ouvir em primeiro lugar os membros da Assembleia. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira tomou a palavra para dizer que todos conheciam o regimento e, por isso, não precisavam de ser empurrados a falar. -----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio referiu que quando fez parte da Comissão, essas coisas eram lá resolvidas. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado referiu que isso só prova que este assunto não deveria fazer parte da ordem de trabalhos da reunião. -----

No ponto número quatro da ordem de trabalhos, relativo à proposta de aprovação para o ano de 2008, da taxa de imposto sobre imóveis, a Presidente da Assembleia depois de contextualizar o assunto deu a palavra ao Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado começou por dizer que não queria tirar dúvidas mas comentar politicamente os assuntos. Referiu que alguns prédios estão devolutos porque é complicado fazer obras no concelho, e em vez de se aumentar as taxas para esses casos, se deveria ajudar as pessoas a licenciar. Acrescentou que aumentar para penalizar é má política porque há impossibilidade de realização de obras e que o Plano de Urbanização está em aprovação e uns fazem e outros não. -----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio referiu que o deputado Nuno Vasco de Almeida Machado caiu numa contradição terrível, pois a Taxa do Imposto sobre Imóveis foi aprovada por unanimidade, com os votos do partido socialista. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira esclareceu a Assembleia de que a proposta se refere principalmente aos edifícios devolutos na sede do concelho. -----

O deputado Firmino Teixeira Várzea questionou o Presidente da Câmara acerca dos critérios que são usados para se considerar um prédio devoluto. -----

O Presidente esclareceu que não é a Câmara que os define mas a lei em vigor, e que os edifícios têm de estar abandonados há mais de um ano e não terem ligação de água, luz e saneamento. -----

O deputado Firmino Teixeira Várzea retomou a palavra para referir que essa taxa podia ser injusta, violenta e prejudicial para os munícipes porque quem não tiver possibilidades ou têm de vender os imóveis ou dá-los. -----

O Presidente da Câmara referiu que se destinava apenas à área urbana da vila, onde não havia grandes dificuldades em construir, como era o caso da Rua da Carreira e que essa medida era para isso mesmo.-----

O deputado Filipe Teixeira fez uso da palavra para perguntar ao presidente da Câmara, em relação a uma loja que tem, em estado devoluto, porque ninguém a queria arrendar, se tinha direito de isenção ou não. -----

O Presidente da Câmara disse que as situações tinham de ser analisadas caso a caso. -----

Posta a proposta a votação, esta foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e cinco contra dos membros, Firmino Teixeira Várzea, Filipe Teixeira, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, Júlio da Fonseca Esteves e Manuel Pinto de Sousa. --

No ponto número cinco da ordem de trabalhos, referente à proposta de aprovação para o ano de 2008, da Taxa Municipal, direitos de passagem, não se tendo verificado qualquer intervenção, esta foi posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

No ponto número seis da ordem de trabalhos, relativo à proposta de aprovação para o ano de 2008, da participação do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, a Presidente da Assembleia depois de contextualizar o assunto, deu a palavra ao Presidente da Câmara que disse que como todos já tinham tido conhecimento do assunto, encontrava-se disponível para tirar possíveis dúvidas que surgissem. -----

O deputado Firmino Teixeira Várzea disse não ter qualquer dúvida e que não poderá haver qualquer objecção, já que não aumenta a taxa que se paga e apenas reverte a favor da Câmara. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves referiu que realmente não agravava a situação dos munícipes, mas podia beneficiar, porque a Câmara pode fazer variar essa taxa. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira diz que subscreve o que o deputado Firmino Teixeira Várzea disse, acrescentando que em sua opinião foi uma jogada do Governo, pois há baixa do IRS e são as Câmaras que têm de pagar. -----

O deputado Firmino Teixeira Várzea referiu que o Governo não o fez com má intenção, pois se as Câmaras não quiserem, não o fazem. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado fez uso da palavra, dizendo que a lei apenas existe para controlar, através de incentivo financeiro, a fixação das pessoas e que tinha feito as contas e a Câmara podia fixar uma taxa mais baixa e assim beneficiar o munícipe. -----

Posta a proposta a votação, esta foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e cinco abstenções dos membros que subscreveram a declaração de voto que se anexa à presente acta. -----

No período aberto ao público inscreveram-se para intervir os munícipes Mário Luís Mendes de Sousa Pinto e Carlos Pombo Silva. -----

O deputado Eduardo Pereira de Carvalho Sampaio perguntou à Presidente da Assembleia, em que qualidade é que o Senhor Mário Luís Mendes de Sousa Pinto ía intervir, tendo a presidente respondido ser na qualidade de Munícipe. -----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio exaltou-se pelo facto do Munícipe Mário Luís Mendes de Sousa Pinto se dirigir à Assembleia e não à Mesa e informou que se ia ausentar durante a sua intervenção. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira pediu a palavra para dizer que, segundo o regimento da Assembleia, o vereador encontrava-se na posição de vereador até ao fim da reunião, não podendo intervir como munícipe no período aberto ao público.

A presidente da Assembleia referiu que, pensando dessa forma e seguindo o regimento “à letra” houve intervenções que não deveriam ter sido feitas e mesmo o deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira não poderia estar a intervir naquele momento. Alertou ainda para a importância da existência de alguma flexibilidade de todas as partes, para um melhor tratamento e compreensão dos assuntos.-----

Carlos Pombo Silva também apresentou a sua opinião, sobre o hipotético encerramento do tribunal, enquanto munícipe e advogado. -----

Para efeitos imediatos, foi feita a minuta da acta que, depois de lida foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela uma hora e quinze minutos. Dela se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da mesa da Assembleia. -----

Presidente:

1.º Secretário:

2.º Secretário: